

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 241

Data: 11/06/86

Pg.: 17

Aureliano diz que Código de Mineração é obsoleto

Brasília — Em cinco horas de depoimento, no qual fez um histórico e traçou o perfil da atual política mineral brasileira, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, reconheceu na CPI dos minérios da Câmara dos Deputados que o Código de Mineração, em alguns aspectos, é inadequado à nova realidade do país, principalmente no que se refere à concentração de alvarás de pesquisas e lavras em determinadas empresas, particularmente multinacionais. O ministro denunciou que para fugir ao limite de cinco alvarás de pesquisa por empresa, previsto no código, muitas dessas empresas criam subsidiárias ou "empresas papel".

Com base em dados registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o ministro das Minas e Energia informou que há atualmente 5.133 empresas de mineração no país, 598 das quais concentradas em 30 grupos empresariais. Ele mostrou, por exemplo, que a Companhia Vale do Rio Doce possui 38 empresas; a British Petroleum, 51; a Brascan, 58; a Anglo American, 51; o grupo Votorantim, 58; a Paranapanema, 33; a Brumadinho, 35; e a Utah, 13.

Do total de 7.226 requerimentos de pesquisa concentrados nos 30 principais grupos empresariais, 1.775 são da Companhia Vale do Rio Doce, que detém, ainda, 1.674 alvarás de pesquisa e 89 concessões de lavras. A British Petroleum tem 799 pedidos de pesquisa, 1.666 alvarás de pesquisa e apenas um decreto de lavra, enquanto a Brascan, com 625 requerimentos de pesquisa, tem 1.086

alvarás já concedidos e 7 concessões de lavras.

Dos grupos empresariais nacionais, o grupo Votorantim é o que maior número de decretos de lavras (concessões) possui — 355 —, vindo em segundo lugar o grupo João Santos, com 105. Do total de 6.622 concessões minerais, 1.092 pertencem aos 30 principais grupos empresariais que atuam na mineração no Brasil.

De acordo com o ministro, da área total do país (8.511.965 quilômetros quadrados) apenas 10,7%, ou 917.305 quilômetros quadrados, estão onerados com pesquisa e lavra mineral. Ele observou, no entanto, que o valor da produção mineral brasileira é de Cr\$ 57 bilhões 200 milhões, representando uma participação de 4% no PIB.

O ministro Aureliano Chaves informou, ainda à CPI, que a prioridade do setor mineral é a execução do mapeamento geológico básico do país, nas escalas de 1 por 250 mil, 1 por 100 mil e 1 por 50 mil, para que se conheçam os recursos minerais brasileiros.

Durante os debates, o deputado Sebastião Curio (PFL-PA) fez severa carga contra o DNPM, acusando-o de expulsar, com auxílio da Polícia Federal, os garimpeiros do garimpo de Itatá, em Altamira, no Pará, e de receber recursos das empresas de mineração para custear essas operações. O deputado paraense, contudo, fez questão de afirmar a honestidade e a honestidade do ministro Aureliano Chaves, que na sua opinião desconhece as irregularidades praticadas pelo DNPM.